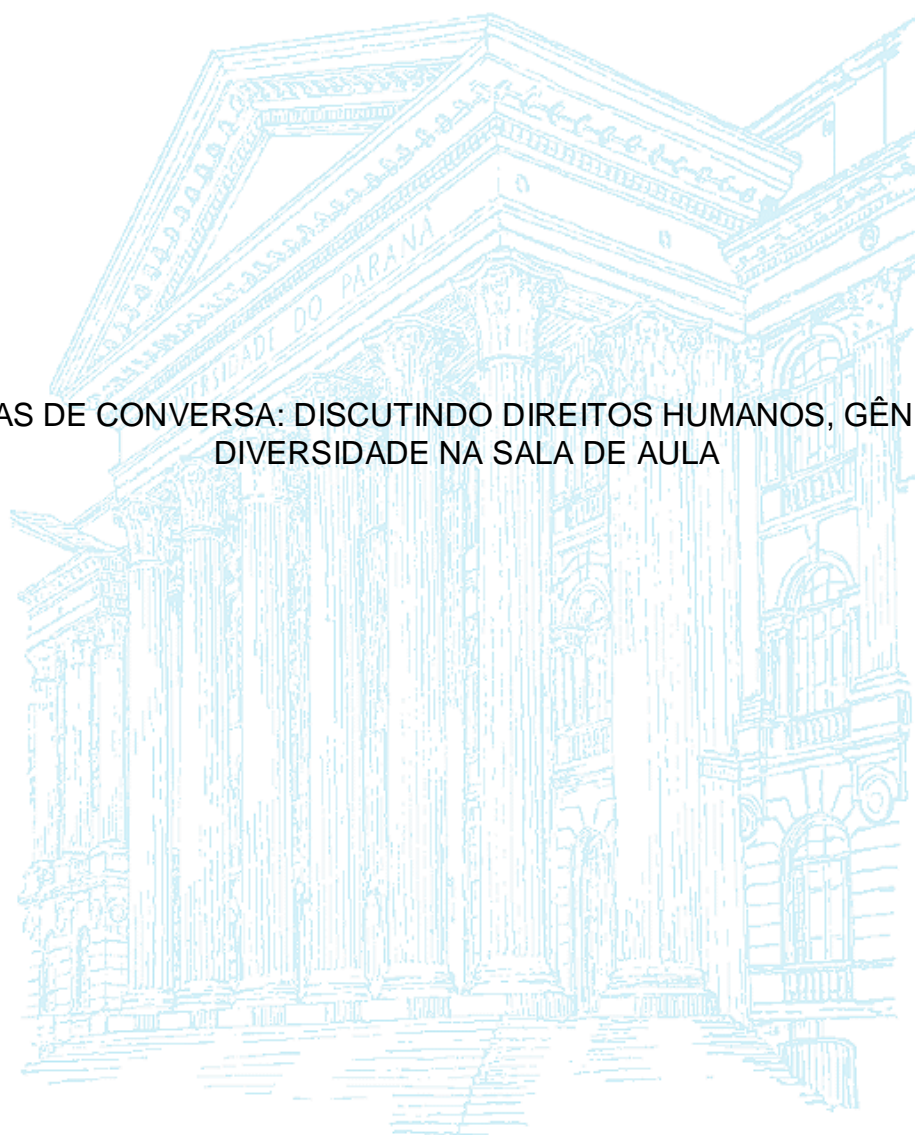


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELIZABETE MARIA DA SILVA

RODAS DE CONVERSA: DISCUTINDO DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E
DIVERSIDADE NA SALA DE AULA



CURITIBA
2016

ELIZABETE MARIA DA SILVA

RODAS DE CONVERSA: DISCUTINDO DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E
DIVERSIDADE NA SALA DE AULA

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof^a Daniela Resende
Archanjo

CURITIBA
2016

RODAS DE CONVERSA: DISCUTINDO DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E DIVERSIDADE NA SALA DE AULA

Elizabete M. Da Silva ¹ ; Daniela Resende Archanjo ²

RESUMO: As temáticas abordadas neste artigo são a promoção da igualdade, o respeito e valorização das diversidades étnico-racial, gênero e orientação sexual na escola. Fundamenta-se a partir de uma aproximação com a metodologia da pesquisa-ação, utilizando-se de textos de gêneros de esferas sociais diferentes para apresentar aos alunos e alunas temas atuais e polêmicos, sobre conflitos gerados por discriminação e intolerância e para iniciar discussões sobre esses temas. A intenção desse trabalho foi criar um espaço para o debate e a discussão desses temas, alicerçado na ideia de uma escola formadora de opinião e com o dever de preparar o aluno para a cidadania, não podendo continuar propagando informações e conceitos que alimentem o preconceito e a discriminação contra a pessoa humana. Para fortalecer os laços e proporcionar uma discussão mais aberta dos temas ligados aos Direitos Humanos, diversidades e gênero foram instituídas rodas de conversa, que contaram com a participação de professoras e alunos/alunas. Essas rodas foram organizadas e mediadas pelos membros do Grêmio Estudantil da escola e pelas professoras participantes. Os/as participantes aprovaram as discussões e as tornaram muito proveitosas, até porque não havia esse espaço de discussão antes. Percebeu-se que o machismo, a homofobia e o racismo ainda estão muito presentes no ambiente escolar e que os professores acham importante discutir na perspectiva de superar esses problemas. O objetivo do projeto foi discutir gênero e diversidade na escola para ajudar os membros da comunidade escolar a compreender e respeitar diferenças e contribuir para a construção de uma sociedade que supere todo tipo de discriminação, especialmente o machismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e o racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Diversidades; Escola; Gênero; Rodas de Conversa

ABSTRACT: The issues discussed in this article are the promotion of equality, respect and appreciation of ethnic and racial diversity, gender and sexual orientation at school. It is based from an approach to the methodology of action research, using

1

Professora de Inglês - SEED/PR (elisabetealex2014@gmail.com)

2

Professora orientadora – Universidade Federal do Paraná (danielaarchanji@hotmail.com)

of different social spheres genres of texts to introduce students and students current and controversial issues on conflicts generated by discrimination and intolerance and to start discussions about these issues. The intention of this work was to create a place for debate and discussion of these issues, based on the idea of forming opinion in school and the duty to prepare students for citizenship and that the school itself can not continue spreading information and concepts that fuel prejudice and discrimination against the human person. To strengthen ties and provide a more open discussion of issues related to human rights, diversity and gender were instituted conversation circles, which included the participation of teachers and students. These wheels were organized and mediated by the School Grêmio's members and the participating teachers. The participants endorsed the discussions and become very useful, because there were no places for discussion before. It was noticed that the machismo, homophobia and racism are still very present in the school environment and that teachers find it important to discuss the perspective of overcoming these problems. The project's objective was to discuss gender and diversity in school to help members of the school community to understand and respect differences and contribute to building a society that overcomes all forms of discrimination, especially the machismo, sexism, homophobia, lesbophobia and racism.

KEY WORDS: Human Rights; Diversity; School; Gender; Conversation Circles

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O objetivo do presente artigo é apresentar os resultados da implementação das atividades relacionadas a um projeto desenvolvido em uma escola pública da cidade de S. José dos Pinhais, no Paraná, implementado no período de abril a novembro/2015, dentro do curso de pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola. O estudo foi realizado com a intenção de analisar a possibilidade de implementação de um Plano de Trabalho Docente baseado em atividades desenvolvidas a partir textos autênticos, contemplando os diversos gêneros e esferas sociais de circulação e focando temas como direitos humanos e diversidade (racial, cultural, sexual) e seu impacto sobre as atitudes e comportamentos dos alunos e alunas. As atividades de leitura, interpretação e produção de texto foram realizadas nas aulas de Inglês, em exercícios diversificados, nos quais foram utilizados textos, vídeos, imagens, trechos de filmes e documentários.

A base teórica para esse trabalho teve sua organização feita partir da leitura de textos de especialistas como ARROYO (2012), FREIRE (2011) e SOUSA (2001), que apontam a educação como uma ferramenta poderosa na promoção da tolerância e da compreensão mútua e que a Educação em Direitos Humanos ajuda a preparar indivíduos mais empáticos e civicamente engajados. Por esse motivo, avaliou-se os efeitos que um planejamento voltado para o ensino dos direitos humanos pode ter sobre os jovens educandos, a fim de determinar a validade por trás dessas afirmações.

O trabalho foi desenvolvido durante as aulas de Inglês em três turmas do Ensino Médio, com aproximadamente 105 alunos no total e tem como ponto de partida o interesse nos problemas da comunidade escolar. Sua principal justificativa foi a necessidade de ajudar as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem (alunos, professores, funcionários, pais e comunidade escolar) a estender sua compreensão de uma determinada situação existente, que gerava muitos conflitos principalmente entre alunos, mas que estava sendo ignorada. Algumas situações de violência física e/ou verbal que ocorriam na escola eram motivadas, na maioria das vezes, por comentários preconceituosos feitos por alunos/as contra colegas ou membros da equipe da escola por discriminação racial, de gênero ou orientação sexual. A intenção inicial foi discutir os conflitos gerados por essas situações de discriminação e intolerância e assim, evitar e resolver problemas relacionados com as muitas formas de violência explícita e não-implícita no ambiente escolar. É importante ressaltar que, muitas vezes, esses conflitos são resultantes da falta de iniciativa da equipe da escola para reconhecer e enfrentar situações que são desconfortáveis, dentro e fora da sala de aula.

2. METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

O método aqui utilizado foi a pesquisa qualitativa, a partir de uma aproximação com os princípios da pesquisa-ação, baseada no trabalho com um grupo específico da comunidade e norteada por meio de “um conjunto explícito de valores sociais, respeitando os atributos específicos dessa comunidade, que é onde ele começa: com o interesse nos problemas de um grupo, uma comunidade ou uma organização”, nesse caso, a escola (ENGEL, 2000, p.182).

O ensino da Língua Estrangeira Moderna é aqui compreendido a partir das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, que ressaltam o seu potencial para fornecer aos educandos as habilidades necessárias para participar de forma efetiva na sociedade e contribuir para promover os direitos humanos e os valores pautados no respeito às diferenças e às diversidades. Assim, de acordo com as Diretrizes Curriculares, a principal função do ensino de Língua Estrangeira na escola pública é a interação entre os sujeitos através da prática discursiva que se estabelece no meio social no qual esses sujeitos estão inseridos, assim

a ênfase do ensino recai sobre a necessidade de os sujeitos interajam ativamente pelo discurso, sendo capazes de se comunicar de diferentes formas materializadas em diferentes tipos de texto, levando em conta a imensa quantidade de informações que circulam na sociedade. Isto significa participar dos processos sociais de construção de linguagem e de seus sentidos legitimados e desenvolver uma criticidade de modo a atribuir o próprio sentido aos textos. (PARANÁ, 2008, p. 58)

A Língua Estrangeira Moderna (LEM), no contexto das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, tem a função de tornar os alunos capazes de utilizar o discurso como prática social e fazer da linguagem um instrumento de aprendizagem, possibilitando o uso das informações contidas em diversos tipos de textos, para analisar criticamente as suas informações e momento histórico de produção e a partir dessas análises produzir novos textos.

A concepção de língua / linguagem aqui utilizada foi a de Bakhtin, para quem o único objeto real e material de que dispomos para entender o fenômeno da linguagem humana é o exercício da fala em sociedade. Para Bakhtin, a língua (que no caso da Linguística tradicional é estudada a partir do ponto de vista de que a linguagem humana não pode ser objeto de conhecimento científico, assim como o exercício da fala) não é apenas um conjunto de formas (signos) e suas regras de

combinação (sintaxe).

Para esse autor, um signo, não tem um único significado, mas receberá tantas significações quantas forem as situações reais em que possa ser utilizado por indivíduos social e historicamente localizados. Nesse caso, quando está sendo usada, a língua é muito diferente do seu modelo teórico.

Embora para a linguística um signo tenha um significado predeterminado, ao falar, os usuários estão constantemente modificando, acrescentando, excluindo e transformando os significados codificados pela língua. A categoria básica da concepção de linguagem em Bakhtin é a interação verbal, cuja realidade fundamental é o seu caráter dialógico, pois de acordo com o autor,

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. (BAKHTIN, 1992, p.113)

Dentro dessa concepção dialógica e interacionista, a linguagem é entendida como um dos aspectos das diferentes relações que se estabelecem historicamente em nível sociocultural. Ela se caracteriza por seu caráter altamente responsivo.

Neste sentido, uma das distinções mais significativas feitas por Bakhtin é a classificação dos gêneros discursivos quanto às esferas de uso da linguagem. Os discursos primários são espontâneos e se dão no âmbito da comunicação cotidiana, que pode ocorrer em qualquer lugar, como por exemplo na praça, na feira, na escola ou no ambiente de trabalho.

Os gêneros discursivos secundários são produzidos com base em códigos culturais mais elaborados, como o exemplo da escrita (em romances, reportagens, ensaios etc.). Assim, para cada esfera de produção, circulação e recepção de discursos, existem gêneros apropriados. Todo discurso requer uma escolha diferente de palavras, que determina o estilo da mensagem. Em relação ao gênero, este trabalho empregou uma abordagem que se atém na perspectiva bakhtiniana dos gêneros textuais e, nesse contexto, segundo Marcuschi,

Usamos a expressão gênero textual como uma noção

propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. (MARCUSCHI, 2013, p. 58-61)

O texto também é entendido neste trabalho a partir do trabalho de Bakhtin (1992), que o define como: “toda unidade de linguagem situada, acabada e autossuficiente do ponto de vista da ação ou comunicação”. Assim, o texto pode ser uma imagem, um gesto, uma palavra, uma frase expressa dentro de um contexto de interação, um enunciado qualquer, ou seja, como define Bakhtin, unidades reais da comunicação – um conjunto de signos. Também é a partir do conceito de dialogismo estabelecido por Bakhtin que se abordou a relação entre os textos, ou seja, a intertextualidade: indo de encontro com uma visão de texto como elemento dinâmico, vivo e impregnado de um caráter sociológico, que forma referenciais que possibilitam traçar um paralelo entre os planos social e cultural, apresentando a relação existente entre eles e as possibilidades de diálogo existentes entre os diferentes textos.

Ainda de acordo com a concepção de ensino de línguas existente nas Diretrizes Curriculares, os professores devem oferecer aos alunos a oportunidade de compreender que um texto literário não é uma entidade autônoma e que ele pode ser sempre um caminho para outros contextos já conhecidos pelo autor e que nele se cruzam uma multiplicidade de outros textos.

Nesse sentido, a intertextualidade é um dos termos mais usados na teoria literária contemporânea e, de acordo com Roland Barthes, Julia Kristeva e outros pioneiros do campo, cada texto tem significado para o leitor apenas na relação com outros textos já produzidos e aos quais ele remete, ou seja, naquilo que Bakhtin chama de dialogismo.

Assim, a partir de textos originais, publicados em livros, revistas, jornais e na Internet, o trabalho desenvolvido com os alunos na sala de aula procurou encorajar uma apreciação da cultura, sociedade e política a partir da comparação e da análise

crítica de situações existentes em outras culturas espalhadas pelo mundo, bem como dos seus costumes, hábitos, arte e literatura, construindo uma nova compreensão das habilidades relacionadas ao papel social e potencial que cada discurso e que cada indivíduo tem para contribuir e moldar a sua própria cultura.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

A importância da criação de leis que garantam direitos humanos, respeitando a diversidade racial, cultural, sexual e de gênero está em evidência no Brasil e no mundo nas últimas décadas, como destacado inclusive em programas do Ministério da Educação, como o projeto do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, reconhecendo que

O processo de democratização a que hoje assistimos na maioria dos países que, na sua história recente, foram marcados por regimes autoritários, abre espaços não apenas para a afirmação de direitos, como também assume publicamente a pretensão de reparar as violações de Direitos Humanos cometidas nos anos de autoritarismo que aconteceram no Brasil e no conjunto dos países da América Latina, assim como as violações cometidas ao longo da história do país, legitimadas pela cultura escravocrata, machista e patriarcal, que atingem principalmente as pessoas negras, indígenas e as mulheres. (MEC, 2008, p. 13)

Porém, apesar da existência e do rigor das Leis, um número considerável de violações a esses direitos é constatado nas escolas e na sociedade brasileira todos os anos. Essas ações levam a constatação de que existe uma necessidade de melhorar a educação em direitos humanos nas escolas, para o desenvolvimento de uma cultura de respeito e não-discriminação nas diversas comunidades.

Nesse caso, as ações implantadas buscaram confirmar a importância de promover um plano de trabalho docente que fortaleça essa cultura de direitos e reconheça que todos os indivíduos envolvidos no trabalho pedagógico e na educação das crianças e jovens têm responsabilidades com a promoção dos valores relacionados ao respeito aos direitos humanos e as diversidades - e não apenas a escola, o governo, ou os tribunais. Reconhecer e respeitar os direitos humanos é responsabilidade de todos os membros da sociedade e se todos se sentem

detentores desses direitos, estes tendem a ser melhor protegidos (UNESCO, 1996).

As atividades desenvolvidas tiveram como objetivo valorizar, promover e incentivar os direitos humanos, seus valores e os princípios da universalidade, da dignidade humana, da igualdade, da não discriminação, o respeito as diferenças, a responsabilidade, o protagonismo juvenil e a inclusão. Os principais valores relacionados aos direitos humanos que nortearam as ações realizadas na sala de aula foram aqueles relacionados no **Relatório Para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação Para o Século XXI**, que ressalta os seguintes princípios:

- Dignidade humana

A dignidade humana afirma que todas as pessoas merecem ser respeitadas, simplesmente porque eles são seres humanos. Independentemente da idade, cultura, religião, origem étnica, cor, sexo, orientação sexual, idioma, capacidade, status social, estado civil ou convicções políticas, todos os indivíduos merecem respeito.

- Universalidade

Os direitos humanos são direitos fundamentais que pertencem a cada pessoa simplesmente porque é um ser humano. Os direitos humanos baseiam-se no princípio de que todo ser humano nasce igual em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são igualmente importantes e devem ser relevantes em qualquer circunstância.

- Igualdade e não discriminação

Igualdade afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais e pressupõe que todos os indivíduos têm os mesmos direitos e merecem o mesmo nível de respeito. Todas as pessoas têm o direito de ser tratadas de forma igual, embora algumas vezes pode ser necessário atender as necessidades de determinados grupos de indivíduos de forma diferente para conseguir uma equidade de direitos (como ocorre no caso das cotas para negros e alunos de escolas públicas nas universidades Brasileiras). Isso ocorre porque as diferenças sociais resultantes de séculos de exploração e indiferença, podem tornar difícil para muitos desfrutarem do seu direito à cidadania plena, sem o apoio das leis. Um exemplo é o de se admitir que todos os cidadãos brasileiros têm o direito ao emprego, mas sem uma educação pública de qualidade e acessível para os jovens negros, estes não serão capazes de desfrutar desse direito.

A não discriminação é parte integrante do princípio da igualdade. Ela garante que ninguém pode ter negado seus direitos por causa de fatores como idade, origem étnica, sexo, orientação sexual etc. O fracasso em explicar as diferenças entre as pessoas, com vista a garantir que todos possam desfrutar de seus direitos também pode ser discriminatório.

- Respeito e responsabilidade

Direitos humanos implicam direitos e obrigações. Respeito é reconhecer que cada pessoa é importante e deve ser tratada com dignidade. No contexto dos direitos humanos o respeito não precisa ser conquistado, é o direito de cada pessoa em todas as circunstâncias. Ele é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, e tal constitui o princípio máximo do estado democrático de direito, como determinado no documento de introdução da Constituição Brasileira de 1988:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988)

Assim, como está elencado no rol de direitos fundamentais da Constituição Brasileira, o direito ao respeito inclui reconhecer e valorizar as diferenças existentes entre as pessoas.

Responsabilidade significa que é preciso respeitar os direitos dos outros. Todos os seres humanos nascem com direitos e isso implica então, que todos também têm a responsabilidade de respeitar esses direitos. O governo é responsável perante as pessoas, bem como a comunidade e os indivíduos, em garantir que todos sejam capazes de desfrutar de seus direitos como cidadãos. Isso se faz possível porque todos têm o direito de participar plenamente e em igualdade das decisões políticas tomadas na sociedade. Apenas a participação plena e igualitária permite que todos alcancem seu pleno potencial.

Nas atividades desenvolvidas na escola, os estudantes investigaram e identificaram as dimensões dos direitos humanos em questões e eventos atuais e históricos, desenvolvendo uma compreensão cada vez mais complexa dos princípios desses direitos. Essa visão mais crítica permite o reconhecimento das violações desses direitos e os tornam capazes de desenvolver habilidades, comportamentos e atitudes para avaliar questões que envolvem o cerceamento de seus direitos e o

respeito aos direitos dos outros em todos os aspectos das suas vidas e relacionamentos na sociedade.

Uma das práticas adotadas durante as aulas foi o círculo de debates. De acordo com Mello et al. (2007), os círculos priorizam discussões em torno de uma temática (selecionada de acordo com os objetivos da discussão) e o processo dialógico. As pessoas podem apresentar suas elaborações, mesmo contraditórias e cada participante instiga o outro a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento de todos.

Observou-se durante essas práticas que, ao mesmo tempo em que os alunos e alunas discutiam os temas das atividades, também falavam um pouco de si mesmos, contando suas histórias e buscando compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado, aceitando melhor as opiniões e observações dos/das colegas, o que possibilitou encontrar empatia e aceitação no grupo. Afonso e Abade (2008, p.138) destacam que os círculos de conversa (ou rodas) são utilizados nas metodologias participativas sendo que, seu referencial teórico

parte da articulação de autores da psicologia social, da psicanálise, da educação e seu fundamento metodológico se alicerça nas oficinas de intervenção psicossocial, tendo por objetivo a constituição de um espaço onde seus participantes reflitam acerca do cotidiano, ou seja, de sua relação com o mundo, com o trabalho, com o projeto de vida. Para que isso ocorra, as rodas devem ser desenvolvidas em um contexto onde as pessoas possam se expressar, buscando superar seus próprios medos e entraves. Para auxiliá-las nesse processo de quebra dos entraves, bem como para facilitar a comunicação e a interação, se pode fazer uso de técnicas de dinamização de grupo, sendo utilizados recursos lúdicos ou não.

Professores de outras áreas foram convidados a participar e se juntarem ao grupo, trazendo suas colaborações e promovendo um diálogo constante entre as diversas disciplinas. A importância da interdisciplinaridade reside no fato desta servir como uma ponte para o melhor entendimento das disciplinas entre si, ou, entre as áreas. Isso foi considerado um ponto positivo, pois os conteúdos interagiram como forma de complementação e interação da Linguagem com outras áreas do conhecimento escolar, como a Sociologia, a Arte e a História.

Os encontros fora da sala de aula passaram a ser periódicos e se tornaram um momento de debate e partilha de conhecimentos, passando a ser chamados

pelos participantes (professoras e alunos/as) de “rodas de conversa” e se diferenciaram das outras atividades realizadas na sala de aula porque todos podiam se expressar no grupo, trazendo suas experiências e opiniões, sem se sentirem obrigados a falar, como em apresentações de trabalho ou debates em aulas. Cada participante falou e apresentou suas colaborações quando se sentiu preparado e seguro para falar.

Os educandos perceberam também nessas conversas que todos os membros da comunidade precisam entender claramente que desenvolver a habilidade para aplicar os direitos humanos em diferentes situações e problemas de convívio social envolve ser capaz de entender que esses direitos devem ser aplicados a nível prático e que todos precisam adotar perspectivas e comportamentos que incluam o respeito pelas diversidades.

Um exemplo dessa necessidade de se compreender o que significam os direitos humanos foi percebido durante os círculos de conversa, quando as alunas comentaram sobre os casos de violência doméstica que presenciaram, tanto nas suas famílias quanto na vizinhança em que moram. Na maioria dos casos, segundo os relatos das alunas, os pais, maridos ou namorados agressores justificaram que as mulheres agredidas eram “vagabundas” e mereciam apanhar.

Esse comportamento machista fez que, em certos momentos, as jovens declarassem que as mulheres precisavam ser mais “recatadas” e “decentes” para evitarem a violência. O que precisou ser esclarecido então, para a maioria dessas meninas, durante as conversas foi que não é o comportamento da mulher que gera a violência doméstica, mas que essa violência “é um fenômeno histórico, fruto das relações de desigualdade de gênero, as quais, conjuntamente com as desigualdades de classe, raça e sexualidade provocam uma assimetria nos espaços sociais” (Butler, 2003, p 183) e que, também por isso, é muito banalizada.

Foi importante esclarecer, com a ajuda de textos, vídeos e discussões em grupo, que essa visão patriarcal e arcaica leva a uma negação dos direitos das mulheres e faz com que muitos homens, ainda hoje, justifiquem esse comportamento violento a partir de pressupostos duvidosos. Segundo SABADELL,

O problema não é a postura de certos homens, mas uma cultura que influencia toda a sociedade. Trata-se do patriarcado que consiste em uma forma de relacionamento, de comunicação entre os gêneros, caracterizada pela dominação do gênero feminino pelo masculino. (SABADELL 2005, p. 264)

Essa visão patriarcal aponta a mulher como ser mais frágil, de menor força física e capacidade racional, que necessita de alguém para protegê-la e orientá-la. Nesta concepção, ela se encontra passiva e que, em alguns momentos, inclusive precisa de uma “correção”.

Os textos apresentados durante as aulas de Inglês possibilitaram que os discentes aprendessem a investigar criticamente os valores socialmente aceitos e os princípios de direitos humanos em ambientes complexos (como o caso dos direitos das meninas paquistanesas à educação, negado pela política do Talibã), incluindo contextos relevantes e próximos de suas vidas e experiências (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio), ao discutir os textos da esfera jurídica e política.

Os alunos, alunas e professoras envolvidos nessas discussões exploraram, a partir de relatos de acontecimentos do presente e do passado, a verdade e o engano e o papel que os valores, virtudes e princípios podem desempenhar na resolução de diferenças, como no conflito humano em grande escala (como a Convenção de Genebra e a Declaração Universal dos Direitos Humanos) e no que compete aos direitos entre indivíduos ou grupos de indivíduos (por exemplo, as Leis que protegem os direitos das populações negras, comunidades indígenas, mulheres e populações LGBT).

Os textos jornalísticos utilizados ajudaram a apresentar questões de princípio ético (como por exemplo, a violência doméstica e urbana e a violação dos direitos da mulher e da população LGBT) e da aplicação dos princípios da justiça e das leis. Os estudantes ainda puderam expandir a sua compreensão das questões envolvidas nas situações de violações de direitos em outros países e suas consequências (como por exemplo, nos casos das violências ocorridas em regiões em conflito e na violação dos princípios dos direitos humanos das mulheres na África e no Oriente Médio) e dos direitos civis (de cidadãos, grupos étnicos e outras instituições sociais), além das muitas complexidades envolvidas em questões morais e em particular, nos conflitos que podem surgir a partir de julgamentos morais individuais (relação entre direitos humanos e religião).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 6º, estabelece que a educação é um direito de todos e que condições para o acesso e permanência escolar devem ser garantidos a todos e todas. A escola tem a função de desconstruir preconceitos e promover a equidade entre os pares, evitando que as pessoas que não se submetem aos padrões encarados como “normais” a partir da ótica dominante não fiquem expostas a violações de direitos ou sofram

discriminações e violências que provoquem situações de exclusão escolar.

Na maioria das vezes, a falta de segurança e não aprofundamento sobre determinados temas na sala de aula direcionam as atividades escolares para uma postura pouco crítica, que continua a manter a função de escola reprodutora de estereótipos ultrapassados que não condizem mais com o perfil da sociedade contemporânea. Em muitos momentos a escola continua a ignorar o trabalho com temas relacionados à diversidade, ao preconceito racial, às questões de gênero, sexualidade e orientação sexual. É preciso capacitação de toda a comunidade para conviver com a diversidade social no ambiente escolar, respeitando as distintas visões de mundo e valores, fortalecendo as ações de combate à discriminação e aos diversos tipos de preconceitos existentes na sociedade.

O projeto aqui relatado visou assimilar conceitos que envolviam as temáticas da diversidade, etnia, gênero e sexualidade. O seu embasamento teórico possibilitou uma reflexão na sala de aula para debater sobre temas polêmicos como racismo, a equidade de gênero, sexualidade e orientação sexual.

Com as atividades desenvolvidas nos círculos de conversa, foi possível transformar a sala de aula e também outros espaços da escola em ambientes colaborativos, com uma gestão de saber que envolveu também aspectos humanos, culturais e sociais. Portanto, o que se espera é que as ações propostas durante a realização desse projeto na escola possam trazer breves reflexões acerca das temáticas: promoção da igualdade, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, identidade de gênero e de orientação sexual, numa perspectiva de transformar as práticas de ensino de sala de aula, de maneira que venham a desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução na escola.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAKHTIN M. **Gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF. Senado, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Fortalecimento dos**

Conselhos Escolares: Conselho Escolar e Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=752-cad-11-seb&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 > Acesso em 20/10/2015.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação.** Educar, Curitiba, nº 16, p. 181-191, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa.** São Paulo. Ed: Paz e Terra, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gênero e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2013.

MÉLLO, R. P. et al. **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa.** Psicologia e Sociedade, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares Para a Educação Básica: Língua Estrangeira Moderna.** Curitiba: SEED/PR, 2008.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do Direito.** 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SOUSA, Francisca M. do Nascimento. **A influência da escola no processo de construção da auto-estima de alunas/alunos negros.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2001.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir.** RELATÓRIO PARA A UNESCO DA COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf> >. Acesso em 10/08/2015.